

Pergunta Parlamentar

3 de Fevereiro de 2011

O-000030/2011

Pergunta com pedido de resposta oral
ao Conselho

Artigo 115.º do Regimento

Nikolaos Chountis, Alexander Alvaro, Marije Cornelissen, Cornelis de Jong, Cornelia Ernst, Hélène Flautre, Ana Gomes, Sylvie Guillaume, Heidi Hautala, Sophia in 't Veld, Franziska Keller, Jean Lambert, Raúl Romeva i Rueda, Rui Tavares, Kyriacos Triantaphyllides, Marie-Christine Vergiat, Michail Tremopoulos, Maria Eleni Koppa, Eva-Britt Svensson, Nicole Kiil-Nielsen, Keith Taylor, Kriton Arsenis, Catherine Grèze, Renate Weber, Marisa Matias, Kinga Göncz, Willy Meyer, Karima Delli, Patrice Tirolien, Henri Weber, Catherine Trautmann, Harlem Désir, Françoise Castex, Kader Arif, Liem Hoang Ngoc, Raimon Obiols, Patrick Le Hyaric, Jacky Hénin, Takis Hadjigeorgiou, Miguel Portas, Thomas Händel, Gabriele Zimmer, Søren Bo Søndergaard

► Assunto: Posição oficial do Conselho da UE sobre as expulsões de ciganos pela França

A decisão da França de expulsar do seu território cidadãos da UE, ciganos da Roménia e da Bulgária, desencadeou a reacção imediata do Parlamento Europeu que, na sua Resolução [P7_TA\(2010\)0312](#) de 9 de Setembro de 2010, "manifesta a sua viva apreensão face às medidas [...] de expulsão" ..."exorta essas autoridades a suspenderem imediatamente todas as expulsões de ciganos, e solicita simultaneamente à Comissão, ao Conselho e aos Estados Membros que intervenham no mesmo sentido".

Em nome da Comissão, a Comissária para a Justiça, Viviane Reding, declarou, nomeadamente, que "a discriminação com base na nacionalidade ou na origem étnica não tem lugar na Europa. Não é compatível com os valores em que a União assenta. As autoridades que discriminam grupos nacionais na aplicação do Direito comunitário violam igualmente a Carta dos Direitos Fundamentais que todos os Estados-Membros, incluído a França, assinaram".

O Conselho é único órgão institucional da UE que ainda não tomou posição, o que suscitou entre os povos da Europa sérias interrogações sobre a protecção dos direitos fundamentais na UE. Qual a posição do Conselho sobre esta matéria?